



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense

RECEBIDO NA DITEL
Em 13 / 11 / 25
Horas 10 : 41
Caro Paneco

MENSAGEM Nº 395/2025-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso Autógrafo de Lei Complementar nº 155/2025, que "Altera a Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro de 1993 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - Coje)".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 12 de novembro de 2025.


Deputado ALEX REDANO
Presidente - ALE/RO

AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2025

Altera a Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro de 1993 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - Coje).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Os artigos 115 a 119 da Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro de 1993, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - Coje, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 115. Os serviços notariais e de registro são:

I - Tabelionato de Notas;

II - Tabelionato de Protesto de Títulos;

III - Ofício de Registro de Imóveis;

IV - Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas;

V - Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas;

VI - Ofício de Distribuição; e

VII - Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Os ofícios extrajudiciais já em atividade e os respectivos cargos relacionados à titularidade dos notários e registradores ficam mantidos.

.....
Art. 116. Aos serviços notariais e de registro incumbe a lavratura dos atos notariais, os serviços concernentes aos registros públicos, na forma da lei, assim como o cumprimento de atos de comunicação em processo judicial e da administração pública, mediante resolução do Tribunal Pleno e subscrição de convênio.

Art. 117. Considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e a conveniência da administração, os serviços notariais e de registro serão criados, desdobrados, acumulados, desacumulados, anexados, desanexados, desmembrados e extintos por lei ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

.....
Art. 118. Os titulares das serventias extrajudiciais serão remunerados pelos emolumentos cobrados e resultantes dos serviços prestados, competindo-lhes arcar com os ônus decorrentes da atividade, inclusive previdenciários e trabalhistas, próprios e dos seus empregados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense

Art. 119. A investidura nos cargos de titulares das serventias extrajudiciais dar-se-á por concurso de provas e títulos, ressalvada a situação daqueles que estão em exercício e que, cumulativamente, integrem o quadro de servidores do Poder Judiciário e em condições análogas àqueles já privatizados por delegação.

..... " (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 3º do art. 115 da Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro de 1993.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 12 de novembro de 2025.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

LIDO, AUTUO
INCLUIA EM PAZ

07 OUT 2025

AO EXPEDIENTE

Em: 07 / 10 / 2025

Secretário

Presidente

Proj. de Lei Complementar n.º 155/25

A Sua Excelência o Senhor

ALEX REDANO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Nesta.

MENSAGEM Nº 14/2025-TJRO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

EXCELENTÍSSIMOS(AS) SENHORES(AS) PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA,

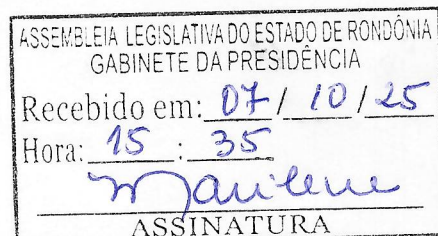
Encaminho a Vossas Excelências, para apreciação e deliberação dessa colenda Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o **Projeto de Lei Complementar** que altera a Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - Coje).

O projeto foi aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na sessão ordinária n. 1.170, realizada em 28/07/2025, conforme Resolução n. 355/2025-TJRO e Decisão do Conselho Nacional de Justiça no Processo n.º 0005866-42.2025.2.00.0000.

Cumpre destacar que a presente proposta está alinhada a outro **Projeto de Lei** aprovado na mesma sessão do Tribunal Pleno deste Judiciário, que altera a Lei n. 2771, de 8/6/2012, a qual reorganizou os serviços notariais e registrais do Estado de Rondônia, (Mensagem n. 13/2025-TJRO), e visa promover adequações na organização de serventias extrajudiciais, seja por meio de extinção, desmembramento ou criação de serviços notariais e registrais.

A proposta ora apresentada altera dispositivos do "CAPÍTULO IV - Dos Ofícios de Justiça do Foro Extrajudicial" da LC n. 94/1993, com o objetivo de corrigir termos técnicos e ajustar a legislação à nova formatação dos serviços notariais e de registro em Rondônia.

Apresenta-se, a seguir, quadro comparativo com as alterações propostas à referida Lei Complementar:





Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência



Lei Complementar 94/1993 - COJE

Redação Atual	Proposta de Projeto
CAPÍTULO IV - DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA DO FORO EXTRAJUDICIAL	CAPÍTULO IV - DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA DO FORO EXTRAJUDICIAL
<p>Art. 115. São ofícios de justiça do foro extrajudicial:</p> <p>I - tabelionato de notas; II - tabelionato de protesto de títulos; III - ofício de registro de imóveis; IV - ofício de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas; V - ofício de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas; VI - ofício de distribuição; VII - Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos do Estado de Rondônia.</p> <p>§ 1º Os ofícios extrajudiciais já em atividade e os respectivos cargos relacionados à titularidade dos notariais e registradores ficam mantidos.</p> <p>§ 2º (Revogado pela LC n. 668/2012)</p> <p>§ 3º Na Comarca de Porto Velho, consoante previsão do artigo 5º, inciso VII, c/c parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n. 8.935 de 18 de novembro de 1994, haverá (um) Cartório Distribuidor de Protestos, com funcionamento em caráter privado.</p>	<p>Art. 115. Os serviços notariais e de registro são:</p> <p>I -tabelionato de Notas; II - tabelionato de Protesto de Títulos; III - ofício de Registro de Imóveis; IV - ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas; V - ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas; VI - ofício de Distribuição; VII - Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos do Estado de Rondônia.</p> <p>Parágrafo único. Os ofícios extrajudiciais já em atividade e os respectivos cargos relacionados à titularidade dos notários(as) e registradores(as) ficam mantidos.</p> <p>§ 2º (Revogado pela LC n. 668/2012)</p> <p>§ 3º - REVOGAR</p>
<p>Art. 116. Aos ofícios de justiça do foro extrajudicial incumbe a lavratura dos atos notariais, os serviços concernentes aos registros públicos, na forma da lei, assim como o cumprimento de atos de comunicação em processo judicial e da administração pública, mediante Resolução do Tribunal Pleno e subscrição de convênio.</p>	<p>Art. 116. Aos serviços notariais e de registro incumbe a lavratura dos atos notariais, os serviços concernentes aos registros públicos, na forma da lei, assim como o cumprimento de atos de comunicação em processo judicial e da administração pública, mediante Resolução do Tribunal Pleno e subscrição de convênio.</p>
<p>Art. 117. Considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e a conveniência da Administração, os ofícios de justiça do foro extrajudicial serão criados, desdobrados, acumulados, desacomulados, anexados,</p>	<p>Art. 117. Considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e a conveniência da administração, os serviços notariais e de registro serão criados, desdobrados, acumulados,</p>



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência



desanexados, desmembrados e extintos por Lei Ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça. (...)	desacumulados, anexados, desanexados, desmembrados e extintos por lei ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça. (...)
Art. 118. Os serventuários do foro extrajudicial, dos ofícios privatizados, serão remunerados pelos emolumentos cobrados e resultantes dos serviços prestados, competindo-lhe arcar com os ônus decorrentes da atividade, inclusive previdenciários e trabalhistas, próprios e dos seus empregados. (...)	Art. 118. Os(As) titulares das serventias extrajudiciais serão remunerados(as) pelos emolumentos cobrados e resultantes dos serviços prestados, competindo-lhes arcar com os ônus decorrentes da atividade, inclusive previdenciários e trabalhistas, próprios e dos(as) seus(suas) empregados(as). (...)
Art. 119. A investidura nos cargos de titulares dos ofícios extrajudiciais dar-se-á por concurso de provas e títulos, ressalvada a situação daqueles que estão em exercício e que, cumulativamente, integrem o quadro de servidores do Poder Judiciário e em condições análogas aqueles já privatizados por delegação. (...)	Art. 119. A investidura nos cargos de titulares das serventias extrajudiciais dar-se-á por concurso de provas e títulos, ressalvada a situação daqueles(as) que estão em exercício e que, cumulativamente, integrem o quadro de servidores(as) do Poder Judiciário e em condições análogas aqueles já privatizados por delegação. (...)

Assim, as mudanças nos dispositivos legais visam a garantir melhoria e manutenção na prestação dos serviços extrajudiciais de Rondônia, trazendo mais segurança jurídica aos atos praticados.

Certo de contar com a elevada compreensão de Vossas Excelências, solicito a análise e apreciação do mencionado projeto de lei complementar e, desde já, antecipo meus agradecimentos de elevada estima e consideração.

Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Presidente do Tribunal de Justiça em exercício



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**



ANEXO ÚNICO

PROJETO DE LEI - TJRO

LEI COMPLEMENTAR Nº ___, DE ___ DE _____ DE 2025.

Altera a Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia - Coje)

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os artigos 115 a 119 da Lei Complementar n. 94, de 3 de novembro de 1993, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (Coje), passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 115. Os serviços notariais e de registro são:

- I - tabelionato de Notas;
- II - tabelionato de Protesto de Títulos;
- III - ofício de Registro de Imóveis;
- IV - ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas;
- V - ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas;
- VI - ofício de Distribuição;
- VII - Tabelionato e Ofício de Registro de Contratos Marítimos do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Os ofícios extrajudiciais já em atividade e os respectivos cargos relacionados à titularidade dos(as) notários(as) e registradores(as) ficam mantidos.

.....
Art. 116. Aos serviços notariais e de registro incumbe a lavratura dos atos notariais, os serviços concernentes aos registros públicos, na forma da lei, assim como o cumprimento de atos de comunicação em processo judicial e da administração pública, mediante Resolução do Tribunal Pleno e subscrição de convênio.



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**



Art. 117. Considerando a qualidade dos serviços, o interesse público e a conveniência da administração, os serviços notariais e de registro serão criados, desdobrados, acumulados, desacumulados, anexados, desanexados, desmembrados e extintos por lei ordinária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

Art. 118. Os(As) titulares das serventias extrajudiciais serão remunerados(as) pelos emolumentos cobrados e resultantes dos serviços prestados, competindo-lhes arcar com os ônus decorrentes da atividade, inclusive previdenciários e trabalhistas, próprios e dos(as) seus(suas) empregados(as).

Art. 119. A investidura nos cargos de titulares das serventias extrajudiciais dar-se-á por concurso de provas e títulos, ressalvada a situação daqueles(as) que estão em exercício e que, cumulativamente, integrem o quadro de servidores do Poder Judiciário e em condições análogas aqueles já privatizados por delegação.

..... "

(NR)

1993. Art. 2º Fica revogado o § 3º do art. 115 da Lei Complementar 94, de 3 de novembro de

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação.

Rondônia, ____ de ____ de 2025; ____º da Independência e ____º da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **GLODNER LUIZ PAULETTO**, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 07/10/2025, às 13:34 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5158301** e o código CRC **4EE7606D**.

Referência: Processo nº 0001049-03.2025.8.22.8800

SEI nº 5158301 versão 11